

# A paz contigo



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

O mundo vive uma crise de identidade. Nós, que vivemos estes tempos, estamos sendo submetidos a presenciar o encontro de civilizações, não o fim da história, aquilo que Francis Fukuyama disse quando achou que chegaríamos a uma etapa em que somente dois sistemas prevaleceriam com o decorrer do tempo: o sistema democrático e o sistema de liberdade econômica. Então, diante desse quadro, o que é esta inquietação de viver perigosamente que estamos vendo?

Na minha opinião, com olhos de análise e de observação, já passamos pela civilização da oralidade, em que a história se perpetuava em nossa memória através, principalmente, dos mais velhos. Depois, com a descoberta da escrita, pela civilização da eternidade da palavra escrita e pela proliferação desta pela imprensa.

Agora, estamos em pleno vendaval de uma civilização nova que atinge a forma de pensar: a civilização digital, a era dos computadores, já no desenvolvimento da inteligência artificial, que não sabemos aonde vai chegar, com a ameaça de revoltar-se contra seus criadores, como na ficção científica, em que os algoritmos podem fazer e inventar qualquer coisa. Na guerra entre o livro digital e o livro em papel, já constatamos a morte das enciclopédias, pois nenhuma delas resistiu à realidade da

Wikipédia. No campo da abstração, não sabemos mais onde existe a verdade e a mentira, o certo e o errado, a privacidade e os direitos de liberdade, as narrativas que destroem a verdade verdadeira. E tudo está sob ameaça, e todos agem com o espírito de contestação, e daí é um pequeno passo para o desamor e o ódio.

O Brasil está no rabo desse foguete. Eu, favorecido pela bondade de Deus com vida longa, presenciei esse processo. Na minha experiência pessoal, a política era um terreno de cavalheiros em que havia adversários, mas poucos se consideravam inimigos.

A raiva e o ódio não faziam parte da política e do relacionamento político. As ideologias de esquerda organizada abandonaram quase todas as práticas radicais, deixando-as com os terroristas, niilistas e anarquistas, e hoje os extremistas são políticos de extrema-direita, no Brasil e no mundo, que, não mais como adversários, mas como inimigos, seguem a teoria leninista-stalinista de que a política deve seguir as leis da guerra, e todos que os contestam devem ser liquidados politicamente ou fisicamente, como fizeram os Estados concentracionários do século 20 ao eliminar seus opositores quando ocuparam o poder na Rússia, na Alemanha, na Itália.

A Justiça organizada começou a ser estruturada na Antiguidade, continuou no século 13, época do Rei João Sem-Terra, até que, muito depois, na Revolução Gloriosa, do fim do século 18, chegou-se à constatação de que a democracia não podia funcionar sem uma Justiça organizada. Deviam caminhar juntas.

Infelizmente a Justiça é constituída por homens, e estes são vulneráveis às circunstâncias. Houve um processo no Brasil muito danoso, definido pelo

ministro Jobim como judicialização da política e politização da Justiça. Não é este o caso dos processos dos acusados de atentar contra a democracia, que correm dentro da estrita forma legal, garantindo o pleno direito de defesa.

É grave o ato do presidente dos Estados Unidos ao aplicar a nosso país sanções econômicas grandes, as maiores do mundo ocidental, e sobretudo ao tentar interferir na Justiça brasileira, sem olhar para a tradição de solidariedade que marcou nossas relações com seu país. Basta lembrar que, nas duas guerras mundiais, lutamos ao seu lado, deixando marca no sangue dos brasileiros que hoje repousam no Campo de Pistóia, na Itália.

O Brasil sempre resolveu seus conflitos pela diplomacia, nunca foi atacado dessa maneira. Nosso país deve reagir com altivez e equilíbrio, necessários à defesa de nossa soberania e do nosso povo, o maior prejudicado numa guerra econômica, e do bem-estar da nossa nação, evitando a crise e o prejuízo ao aprofundamento da democracia.

É urgente acabar com a mentalidade da confrontação. É preciso que toda a política, qualquer que seja a sua orientação, esquerda ou direita, seja feita dentro das regras democráticas, do diálogo, do parlamento. É preciso que o sentimento do Brasil, que nunca foi esse, volte a ser o do entendimento e da concórdia.

Quando aparecerem radicais doidos em nossa frente, vamos seguir o conselho do meu avô, que dizia: "Nunca corra atrás de um doido, porque você não sabe para onde ele vai".

Invoquemos os princípios cristãos, aquilo que Cristo dizia no Pentecostes, quando se juntava aos apóstolos:

— A paz esteja contigo!"

E eu acrescento: a paz esteja com o Brasil.

Maurenilson Freire



## Os jovens não gostam da CLT



» JOSÉ PASTORE  
Professor aposentado da USP,  
presidente do Conselho de  
Emprego e Relações do  
Trabalho da Fecomercio-SP  
e membro da Academia  
Paulista de Letras

A imprensa brasileira tem noticiado que grande parte dos jovens não deseja trabalhar na base da CLT. Não querem chefes, horários rígidos, bater cartão de ponto, obedecer metas ambiciosas e pagar a Previdência Social (INSS). Desejam trabalhar por conta própria, com liberdade e flexibilidade. Achem que, dessa forma, ganharão mais e realizarão os seus desejos. Trabalhar anos a fio na mesma empresa foi para a geração dos seus pais e avós.

As novas formas de trabalhar têm crescido bastante. De um lado, há os microempreendedores individuais (MEIs). De outro, os autônomos que prestam serviços específicos para empresas que não dispõem da sua especialidade.

Todas essas formas de trabalhar exigem respeito às leis. Tomemos o caso dos autônomos que prestam serviços como pessoas físicas às empresas. Eles recebem honorários mediante a apresentação do Recibo de Profissional Autônomo (RPA), que sofre uma retenção de 11% para ter as proteções do INSS.

Essa é a exigência legal. Mas, quando prestam serviços para pessoas físicas, não há tal exigência nem a retenção. Assim ocorre com o "técnico" que

conserta a sua geladeira no seu domicílio. Esse é o mundo da informalidade. Milhões de pessoas trabalham dessa forma. Eles desfrutam de liberdade, mas não têm nenhuma proteção trabalhista ou previdenciária, como descanso semanal remunerado, 13º salário, aviso prévio, licenças e aposentadoria, garantidas pela CLT. Se quiserem tirar um mês de férias, precisam fazer uma boa poupança.

Quando os autônomos constituem uma empresa, eles viram PJs. Os seus serviços fazem parte de um contrato firmado entre empresas — contratada (PJ) e contratante. Esse é o caso, por exemplo, da maioria dos médicos que trabalham para hospitais ou de engenheiros que fazem projetos para determinadas empresas. Eles trabalham com bastante liberdade, seguem as orientações técnicas das contratantes, mas não são juridicamente subordinados a chefes ou prepostos. No fim do trabalho, fornecem uma nota fiscal e recolhem impostos.

Ou seja, o PJ é um profissional que opera no mundo formal. Cabe a ele contribuir para o INSS e pagar os demais impostos, tendo assim uma cobertura para a sua aposentadoria, licenças no caso de doenças que o impedem de trabalhar. Mas, ele também precisa fazer o seu pé de meia para descansar ou sair de férias, pois não tem as proteções da CLT.

Grosso modo, os autônomos que trabalham como pessoa física ou jurídica precisam administrar bem as finanças pessoais. Do contrário, na velhice ou na doença, cairão no colo da assistência social, sem ter nada contribuído para as despesas que causarão ao erário.

Para as empresas, quando se trata de trabalhos

determinados e específicos, compensa contratar PJs. O seu custo é bem menor, pois não há o custo dos encargos sociais da CLT. Além disso, elas obtêm soluções mais qualificadas para os seus problemas.

Essas são formas básicas de trabalhar, cada uma com suas vantagens e desvantagens. Mas há uma grande área cinzenta entre os pejetizados e os celetistas. Isso tem provocado uma explosão de ações trabalhistas. São PJs que, depois de certo tempo de colaboração na empresa, alegam ter trabalhado sob ordens de chefes e de outros elementos do vínculo empregatício. Reclamam, assim, o pagamento dos benefícios que não receberam como celetistas.

Esse assunto está colocando em confronto o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Justiça do Trabalho. O STF defende a legitimidade da contratação dos PJs que efetivamente trabalham como autônomos. Como se trata de contrato firmado entre empresas, os eventuais conflitos devem ser resolvidos pela Justiça Cível, com o que muitos magistrados do trabalho não concordam, alegando haver uma profusão de fraudes nesse campo. Seriam empregados travestidos de PJs.

Caberá ao STF decidir essa questão. Isso será de grande importância para os PJs e para as próprias empresas que, cada vez mais, trabalham em rede ou cadeia de produção, operadas por uma grande constelação de profissionais e tipos de contratos — empregados fixos, autônomos individuais, PJs e outros. Esse modelo de trabalho é viabilizado por novas tecnologias e garante às empresas melhor competitividade e geração de recursos para expansão dos seus negócios e criar novos empregos. Será uma decisão histórica. Aguardemos.

Visto, lido  
e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //  
circecunha.d@dabr.com.br



## Guerra e paz

Crises, como apontavam os antigos, abrem oportunidades para a criação de soluções e caminhos. Essa situação vale, sobretudo, para aqueles que têm imaginação e não se deixam guiar por pessimismos. Sun Tzu, autor da célebre *A Arte da Guerra* ensinava, no século 5 a.C., que a guerra é, além de um caminho para a sobrevivência, um meio de conhecer não só a si mesmo, como o próprio inimigo, derrotando-o sem sequer lutar. Mas, antes, é preciso saber quando lutar e quando esperar. Sobretudo, é preciso não blefar, desafiando um oponente reconhecidamente superior e mais forte.

Guerras não são jogos de cartas. Há sangue e humilhações. Para um bom estrategista, a maneira mais correta para avaliar os prós e os contra de uma guerra é saber como outras nações trataram o mesmo assunto, a fim de evitar o pior. O problema é quando o comandante passa a ignorar os conselhos e o bom senso, deixando-se guiar pelo fígado e, pior, por uma questão que mistura bravatas e crenças políticas. Igualmente danoso é quando um líder resolve colocar sua salvação pessoal e política à frente dos legítimos interesses da nação.

É preciso entender que guerra, do tipo tarifária, pode ser tão mortal quanto as guerras convencionais. É preciso que se entenda ainda que, no nosso caso, com a taxação dos produtos brasileiros decretada pelo governo americano, a aceleração da derrocada da economia nacional, produzida por essa decisão externa, vem a se juntar à crise econômica provocada por ação interna e exclusiva do próprio governo. Para um país como o nosso, manietado por uma severa crise econômica, resultado de anos de políticas desastrosas, a entrada de um fator externo deveria ser encarado com cuidados redobrados. O mais preocupante, contudo, é saber que, por interesses pessoais e estratégias mal formuladas, o governo brasileiro pensa em colher frutos em forma de votos, opondo-se frontalmente aos Estados Unidos, numa reedição resloulcada dos tempos da guerra fria.

Para quem não entende o que está posto neste momento, soberania e, antes de tudo, fartura de comida no prato, educação de qualidade e segurança pública eficiente são tudo o que não temos e que, a cada tempo, se mostram mais distantes. O governo brasileiro parece ignorar completamente os princípios milenares de prudência e inteligência estratégica. Em vez de buscar caminhos diplomáticos e negociar a partir de uma leitura realista das correlações de força, tanto econômicas quanto políticas, prefere confrontar os Estados Unidos, como se estivesse em um tabuleiro de bravatas ideológicas, e não em um cenário geopolítico real, de consequências concretas para milhões de brasileiros. A lucidez, que deveria nortear qualquer liderança em tempos de crise, tem sido substituída por uma retórica marcada por ressentimentos históricos e delírios de soberania, que não se sustentam diante da fragilidade econômica brasileira.

O país amarga estagnação, baixo crescimento, desemprego estrutural e perda de competitividade industrial. Em vez de concentrar esforços na reconstrução da economia interna e na ampliação de mercados externos, o governo acena com discursos de enfrentamento, como se isso, por si só, fosse suficiente para garantir prestígio ou votos. Mais grave ainda é o fato de que a crise econômica interna, instalada por anos de erros sucessivos em políticas públicas, fiscais e de investimento, é, agora, potencializada por essa confrontação com a maior economia do mundo. O resultado? Uma tempestade perfeita: retração de investimentos, aumento da desconfiança internacional e, inevitavelmente, mais dificuldades para o setor produtivo brasileiro, especialmente o agroexportador, que depende diretamente do acesso a mercados estrangeiros.

A tentativa vã de "colher frutos em forma de votos" atinge o cerne do problema e mostra um governo perdido em suas alucinações. A manipulação de crises internacionais como instrumento de fortalecimento político interno, algo típico de regimes autoritários ou de governos em desgaste, revela não apenas imprudência, mas também falta de compromisso com o bem-estar nacional. Colocar interesses eleitorais acima da estabilidade econômica é uma forma disfarçada de traição ao país. A guerra tarifária pode ter efeitos letais: fábricas fechadas, produtos encalhados, desemprego crescente e carestia nas prateleiras. E, em última instância, ela contribui para o desmonte silencioso da soberania real, que começa com a fome, passa pela desinformação e termina na apatia de uma população que não vê saída. Diante disso, o que se exige de um governo não é orgulho ferido, mas racionalidade estratégica, diálogo com os pares internacionais, como foi feito por vários países e, sobretudo, humildade para reconhecer os próprios limites. A crise pode, sim, abrir oportunidades. No caso do Brasil, em duas frentes: para aqueles que têm imaginação e coragem de governar para um povo ou para os que têm um plano para confrontar a nação.

### A frase que foi pronunciada:

“Os mercados em rápido crescimento — o Brics e os Next Eleven — são a chave. O próximo bilhão de consumidores não virá dos EUA ou da Europa Ocidental. Eles virão da Ásia, América Latina e África.”

Martin Sorrell

### História de Brasília

Sobre essas travessias, há uma observação. Se as linhas fossem em diagonal, seriam vistas à maior distância. (Publicada em 8/5/1962)